

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

Edição nº 1648

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....3

Concursos Públicos.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Sumulas.....4

Editais.....4



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1648

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 180/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Doutor JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude – Proteção Criminal de Porto Alegre, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito, contra Marcelo Nunes Caminha, com base no Processo n.º 00-1/2.14.0092186-2, oriundo da 6.ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0994/2015).

- a Doutora CAROLINA SANFELICE MARIANI, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Cruz Alta, para oferecer proposta de suspensão condicional do processo, bem como para acompanhar todos os demais trâmites do feito, contra Samantha Cibeli Hoffmeister Daltozo, com base no Processo n.º 011/2.14.0000806-2, oriundo da 1.ª Vara Criminal da Comarca de Cruz Alta, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 1065/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Promotor-Assessor,
Secretário-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 1120/2015

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, conforme Parecer e Decisão constante às fls.27/30, publicar extrato pela procedência dos fatos apurados na Sindicância, **SPU.PR.01055.00008/2015-1**, por infringência ao inciso V do artigo 177 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, c/c inciso V do artigo 64 e § 1º do artigo 45, ambos do Anexo Único do Provimento 04/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 1121/2015

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, decidiu **Negar Provimento** ao Pedido de Reconsideração, interposto nos autos da Sindicância, **SPU.PR.01055.00120/2014-7**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 181/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PRORROGAR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 17 de abril de 2015, a Portaria n.º 0721/2012, que reduziu a carga horária da servidora ADRIANA GUASPARI DE ESCOBAR, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3438490, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do Art. 6º, § 2º, da Lei n.º 7.253/79 (PR.00576.00197/2012-1 - Port. 0923/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.30859**

CONTRATADA: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A; **OBJETO:** Renovação de 04 assinaturas anuais do JORNAL ZERO HORA para o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, o Gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, para a Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre e Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.692,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 16 de abril de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1648

**SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 771-09.00/11-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2011**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA. - ME; **OBJETO:** Prorrogação da Vigência do Contrato AJDG n.º 35/11, por 12 (doze) meses, a contar de 18 de abril de 2015. **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula décima segunda do ajuste e no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 15/2015 (Processo n.º 873-09.00/15-6) **Tipo:** Menor Preço por Item. **Objeto:** Aquisição de malotes em lona verde para uso de diversos setores e Promotorias e malotes em lona preta para uso exclusivo do GAECO, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 04/05/2015, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 04/05/2015, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei Estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Pregoeiro.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR – ADMINISTRAÇÃO, CLASSE “R”**, DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 115/2015

RECURSOS QUANTO AO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Assessor – Administração, Classe “R”, Edital nº 451/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2014, **RESOLVE:**

- I. **INFORMAR** que não foram interpostos recursos contra o resultado e classificação provisórios das provas objetivas;
- II. **TORNAR DEFINITIVO** o resultado e classificação provisórios das provas objetivas, conforme Anexo I do Edital nº 101/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do dia 09 de abril de 2015;
- III. **REITERAR** a convocação dos candidatos habilitados para a PROVA DE TÍTULOS, no período entre **24/04/2015 e 28/04/2015, das 09h00min às 17h00min**; nos termos do item V do Edital nº 101/2015, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do dia 09 de abril de 2015, e demais regras previstas no Edital nº 451/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 09 de outubro de 2014.
- IV. **TORNO PÚBLICO**, ainda, a abertura de prazo de 5 (cinco) dias para impugnação do conteúdo do presente edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

ANELISE OLIVEIRA GONÇALVES,

ANELISE VOLKWEIS e

BÁRBARA CRISTINE HOLENBACH,

Comissão Executiva do Concurso.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**Súmula do Termo de Cooperação
PR.00687.00034/2015-5**

Signatários: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Objeto:** A colaboração e compartilhamento de informações do serviço "CONSUMIDOR.GOV.BR" e a plataforma "CONSUMIDOR VENCEDOR", permitindo a realização de ações conjuntas entre os órgãos voltadas à prevenção e solução de conflitos de consumo. **Prazo de vigência:** 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua publicação. **Repasse e contrapartida:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.

EDITAL N.º 05/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, EM SUBSTITUIÇÃO, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, na forma do art. 4º do Provimento n.º 24/2008 e do art. 11 do Provimento n.º 33/2008, científica que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul homologou o (re)cadastro das seguintes entidades no cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta:

- 1) Associação Aquarela Pró-Autista de Erechim**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, no dia 14 de abril de 2015;
- 2) Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;
- 3) Brigada Militar – 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;
- 4) Brigada Militar de Lajeado**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, no dia 24 de março de 2015;
- 5) Corpo de Bombeiros Militar de Erechim**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria

de Justiça Especializada de Erechim, no dia 06 de abril de 2015;

6) Departamento de Florestas e Áreas Protegidas de Lajeado, entidade homologada pela Promotora de Justiça Andrea Almeida Barros, da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela, no dia 1º de abril de 2015;

7) EMEF Eulália Vargas Albuquerque – CAIC, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;

8) Escola Estadual de Ensino Fundamental Manuel Bandeira, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, no dia 24 de março de 2015;

9) Fundação Universidade de Passo Fundo – Balcão do Consumidor Carazinho, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;

10) Hospital de Caridade de Carazinho, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;

11) JCI Carazinho, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;

12) Polícia Civil – Delegacia de Polícia Regional de Erechim, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, no dia 31 de março de 2015;

13) Prefeitura Municipal de Lajeado, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, no dia 24 de março de 2015;

14) Recanto São Vicente de Paulo, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015;

15) Sociedade Espírita Paz, Luz, Amor e Caridade, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado, no dia 24 de março de 2015;

16) Sociedade Espírita Resgate dos Filhos de Órion – SERFO, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, da Promotoria de Justiça Criminal de Carazinho, no dia 15 de abril de 2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em substituição.

EDITAL N.º 06/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, EM SUBSTITUIÇÃO, ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ, científica que o Fundo Municipal de Regularização Fundiária,



Diário eletrônico do _____
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de abril de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1648

Defesa e Gestão da Ordem Urbanística de Caxias do Sul foi cadastrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul como destinatário de recursos oriundos de compromisso de ajustamento de conduta.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de abril de 2015.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais,
em substituição.